

# A TRADIÇÃO DO CULTIVO DO ARROZ EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA<sup>1</sup>, NO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA MIRANGABA-BAHIA

JESUS, Adriana Conceição Nascimento <sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo apresenta abordagens sobre a trajetória histórica e rural da comunidade de Coqueiro, localizada no município de Mirangaba- Bahia, território do Piemonte da Diamantina, a cerca de 32 km da cidade de Jacobina-Bahia. A referida é reconhecida e certificada como comunidade remanescente de quilombo, recebendo a certificação no ano de 2006 pela Fundação Cultural Palmares por intermédio do Senhor Oliveira Francisco, conhecido por todos os membros da comunidade como Francisquinho. Contudo, esta pesquisa apresenta o testemunho oral e a tradição oral como porta de entrada para a compreensão do contexto histórico da comunidade de Coqueiros, além disso, destaca-se o papel das mulheres negras quilombolas no cotidiano do trabalho na roça, bem como a tradição do cultivo de arroz de brejo. Nesta perspectiva, as memórias dos moradores mais velhos serão de primordial importância para que possamos nos conectar com o passado e refletir sobre as narrativas históricas pertencentes a esta comunidade.

**Palavra-chave:** Coqueiros, memória e tradição

## ABSTRACT

This study explores the historical and rural trajectory of the Coqueiros community, located in the municipality of Mirangaba, Bahia, within the Piemonte da Diamantina territory, approximately 32 km from the city of Jacobina. Officially recognized as a quilombo remnant community in 2006 by the Fundação Cultural Palmares, through the initiative of Oliveira Francisco (known locally as Francisquinho), Coqueiros preserves a rich oral tradition that serves as a primary gateway to its collective memory and historical context. The research highlights the role of Black quilombola women in agricultural labor, particularly in the traditional cultivation of swamp rice, underscoring practices that reinforce cultural identity and community resilience. The memories of elder residents emerge as central elements for reconstructing historical narratives, fostering reflections on the past, and valuing the lived experiences that shape the social and cultural life of the community. **Keyword:** Coconut trees, memory and tradition

---

<sup>1</sup> Artigo Monográfico apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IV como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob orientação do prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Jacobina.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir as experiências e trajetórias vividas pelos moradores da comunidade de Coqueiro, pertencente a Mirangaba-Bahia, território de identidade do Piemonte da Diamantina. A princípio, o objetivo seria dar continuidade ao projeto de pesquisa sobre o processo de autorreconhecimento e certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares neste território, que se destaca pelo conceito de luta e valorização de suas identidades culturais.

Além da relevância acadêmica, esta investigação também se fundamenta em minha trajetória pessoal e comunitária. Sou residente desta comunidade há mais de quatro anos, experiência que me permitiu acompanhar de perto o cotidiano agrícola e cultural deste território quilombola. Atuei como coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com a prefeitura local, e participei de reuniões da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiro, o que ampliou meu contato com os moradores e suas práticas tradicionais. Somam-se a isso minhas memórias familiares relacionadas ao cultivo do arroz de brejo, que despertaram meu interesse pelo tema e reforçam a dimensão afetiva desta investigação. Dessa forma, este trabalho se constrói a partir de uma perspectiva que une vivência comunitária e reflexão acadêmica, buscando valorizar as narrativas orais e as tradições que constituem a identidade quilombola de Coqueiro.

Alinhando-se a essa perspectiva, a escuta dos depoimentos dos moradores em especial das mulheres que trabalham na lavoura revelou um aspecto que merece destaque: o cultivo do arroz de brejo, conhecido localmente como arroz de roça. Essa prática, outrora comercializada nas feiras e mercados da cidade de Mirangaba e também em localidades vizinhas, sofreu uma redução significativa ao longo do tempo. Essa diminuição levou-me a refletir sobre os fatores que contribuíram para a perda dessa tradição, sobretudo considerando a forte relação da comunidade com o cultivo do arroz. A partir dessa constatação, tornou-se necessário investigar os obstáculos que dificultam a preservação dessa prática, articulando memória, identidade e resistência cultural como elementos centrais para compreender o contexto histórico e social da comunidade de Coqueiro.

Talvez a resposta pareça óbvia. Porém, ao analisarmos com atenção, percebemos que uma série de fatores contribuiu para a diminuição da produção de arroz. Um deles pode estar relacionado à perfuração de poços artesianos nos arredores da nascente que alimenta o brejo, como relata o Sr. Antônio João Alves de Souza:

Nós se a queixa de uma Barragem que seu Joaquim Antônio Mariano fez, ele fez uma barragem no lugar da minação lá na florezam que ele tinha um sítio, ali naquela grota dessa barragem que ele fez, os povos foi fazendo outra e nós lá embaixo fiquemos sem água.<sup>3</sup>

Antigamente era comum os fazendeiros construírem barragens; hoje, essa prática foi substituída por poços. Além dos problemas ambientais, os ataques do pássaro popularmente chamado de “pássaro-preto” pelos moradores também se tornaram uma praga nas plantações de arroz. Retomando um passado não tão distante, por volta dos anos 2000, recordo-me da época em que meu pai cultivava arroz de roça e, para evitar danos causados pelos pássaros, cercava a plantação com fita magnética — aquelas fitas K7 utilizadas para ouvir músicas — que se tornavam um forte aliado para espantá-los, devido ao ruído provocado pelo vento.

Ao visitar o brejo situado em uma roça chamada Palmeira, localizado na comunidade de Coqueiro, pude reviver essas memórias e acompanhar de perto o cultivo durante um ano, transformando-o em meu laboratório de estudos. Assim, a construção desta pesquisa se dá por meio do testemunho oral e da tradição oral, com o objetivo de ressaltar a importância da valorização das raízes. Nessa perspectiva, as memórias dos moradores foram fundamentais para que pudéssemos nos conectar com o passado e refletir sobre as narrativas históricas pertencentes a essa comunidade. Segundo Flores (2022, p. 249), “a memória deve ser analisada não somente a partir de uma construção individual, mas também, sobretudo, como um produto social. Assim, aquilo que construímos como forma de representação do passado é uma junção de memórias inseridas em diversos contextos”.

Nesse viés, é necessário se debruçar sobre esses conceitos, visto que são elementos constitutivos da identidade. Além disso, o autor defende que é a partir da memória que construímos quem somos, sendo extremamente difícil separá-la da história. Segundo Flores (2022, p. 254):

As fronteiras entre memória e história são tênues, contudo, é possível afirmar que as duas são formas diferentes de se acessar o passado, uma vez que este, observado de forma apressada, é simplesmente incognoscível, ou seja, o passado só pode ser apreendido através de seus resíduos conservados no presente e a memória, tomada como um resíduo de ação, oferece uma gama de dados importantes para se compreender a experiência dos indivíduos e as estratégias de elaboração dos discursos. (FLORES,2022, p. 254.)

Com base nesse mesmo discurso, Flores acrescenta que os testemunhos coletados a partir das entrevistas não devem ser considerados apenas como fonte de informação, mas

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Antônio João Alves de Souza à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 12 mar. 2024

também como um recurso enriquecedor, capaz de permitir a compreensão dos valores coletivos e das ações de um grupo. Decerto, muitos pesquisadores e historiadores reconhecem esse tipo de pesquisa como fidedigna, uma vez que a tradição oral corresponde aos ensinamentos transmitidos de geração em geração, costumes, afazeres, práticas religiosas, entre outros. Além disso, o testemunho oral representa o depoimento de alguém que vivenciou determinados acontecimentos ou eventos, conferindo legitimidade e profundidade às narrativas construídas.

A tradição oral e os testemunhos dos moradores revelam aspectos fundamentais da memória coletiva da comunidade. Nesse mesmo sentido, a comunidade de Coqueiro tem sido objeto de estudos em diversos trabalhos acadêmicos, em virtude de ser um território quilombola que ainda preserva as tradições deixadas por seus antepassados. Como exemplo, Carmélia Aparecida Silva Miranda, em seu artigo, discorre sobre as trajetórias e experiências dos moradores, enfatizando como se deu a ocupação dessas terras. Segundo a autora:

Segundo as narrativas dos moradores, os habitantes de Coqueiros estão na região desde a segunda metade do século XIX. Durante este século ocorreram várias fugas de escravizados na região de Jacobina, cujos registros se encontram nos documentos da época. (MIRANDA, 2018, p. 2)

Isto denota que os moradores de Coqueiro são descendentes de pessoas que sonhavam com a liberdade e que encontraram neste território um refúgio, originando a formação do quilombo. Por essa razão, a comunidade obteve o registro de certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2006, por intermédio do Sr. Oliveira Francisco, a quem tive o prazer de entrevistar em 06 de janeiro de 2022. Em sua fala, ele revela que o principal objetivo era realizar um resgate cultural e que, a partir daí, passou a compreender o significado de ser quilombola, especialmente por meio da orientação do Padre Joel, que o possibilitou conhecer outras comunidades inseridas nesse conceito historiográfico de remanescente de quilombo nos territórios da Chapada Diamantina.

Eu comecei um trabalho de resgate da cultura que a nossa região tinha enfraquecido. A gente fazia de vez em quando. Mais a partir de 2002 eu fui presidente de uma associação, aonde muita gente não acreditava, por que geralmente o negro é discriminado muito, e aí eu fui presidente da associação onde eu resgatei essa cultura, onde eu tive apoio de um senhor que é um mestre. Primeiro agradecendo a Deus e segundo uma pessoa que veio pra nos ajudar, que Deus dê o Reino dos Céus se merecer, que é o Padre Joel, que chegou como Padre e voltou como Deputado. Que foi onde ele fez uns contatos comigo e trouxe outras pessoas de outras cidades e onde teve aqui na chapada diamantina as primeiras comunidades quilombolas, e eu tive o prazer de conhecer. A primeira comunidade quilombola que eu conheci aqui na chapada Diamantina foi em Tijaçu município de Senhor do Bonfim, são o distrito maior de senhor do Bonfim onde tenho muito vínculo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Oliveira Francisco dos Santos, ex-presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros e ex-vereador, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiros, jan. 2022.

A partir das inquietações apresentadas pelo Sr. Oliveira, ao refletir sobre sua história e ancestralidade, percebe-se que a valorização e a construção da identidade desse povo têm início na perspectiva social de uma família — a família de Dona Cota, mãe de Oliveira Francisco — que se destacou por sua inserção no cenário político da comunidade. Reconhecida como matriarca, Dona Cota tornou-se uma referência não apenas pela liderança, mas também por sua hospitalidade, sendo lembrada pelo chá com sabor de mel oferecido aos visitantes.

Nesse contexto, os moradores mais velhos recebem o título de anciãos, por serem considerados guardiões da memória coletiva e referências históricas. São eles que, por meio de conselhos, contos e cantigas, transmitem ensinamentos aos mais jovens, muitas vezes a partir de erros cometidos por alguém, transformando essas narrativas em exemplos a não serem seguidos. Assim, a tradição oral se reafirma como elemento central na preservação da cultura e na continuidade das práticas sociais da comunidade de Coqueiro.

Assim, a perspectiva do casamento pode ser observada através dos versos, que remetem à ideia de que, ao se casar, a menina perderia sua liberdade, ficando presa aos afazeres domésticos e às obrigações de esposa. Como exemplifica a cantiga: “*Menina tu não te casas. Goza de tua boa vida, de ontem eu vi uma casada chorando de arrependida*”.<sup>5</sup> É a partir dessas memórias que se mantêm as tradições — o modo de vida, as manifestações culturais e a lida na roça. Nesse sentido, Dutra (2018, p. 170) ressalta:

As culturas fundamentam nas tradições herdadas dos antepassados que vinculam o tempo ao lugar, constituindo-se em uma das bases da vida cotidiana. Porém, é no presente que os sujeitos sociais acionam o passado. Assim se processa nas comunidades rurais negras: espaço e tempo coincidem amplamente. A historicidade das comunidades quilombolas é assinalada por diversos eventos que ressignificam as suas estruturas sociais e territoriais. (DUTRA, 2018 p.170.)

Neste sentido, o diálogo entre os mais velhos e os mais novos é o garantidor da permanência das tradições, independentemente das transformações ocasionadas pelo tempo. A lembrança, nesse contexto, torna-se um recurso fundamental para a imortalização da memória. Dutra (2018, p. 179) reforça essa ideia ao afirmar:

As entrevistas possibilitam trazer à tona memórias guardadas que ressurgem quando são estimuladas. A memória desses sujeitos reconstrói outros elementos culturais presentes na comunidade, ao mesmo tempo em que levanta questões sobre as mudanças ocorridas nestas manifestações.

---

<sup>5</sup> Verso recitado por Maria da Conceição dos Santos durante entrevista concedida à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, dez. 2022.

Logo, o caráter metodológico deste artigo se insere na reflexão investigativa a partir das narrativas históricas desse povo. O diálogo com autores que enfatizam essa mesma abordagem — como Silva (2010), Miranda (2018) e Cruz (2014) — constitui um aparato fundamental para a construção dessa historiografia. A partir desse referencial, buscou-se desenvolver um trabalho que valorize a cultura da comunidade de Coqueiro e destaque o cotidiano da roça, sobretudo o protagonismo das mulheres negras quilombolas.

No entanto, esse contexto também inclui discussões sobre a valorização da identidade afro-brasileira na Bahia, cujas comunidades são chamadas de remanescentes de quilombos ou comunidades rurais negras. De modo geral, trata-se de grupos oriundos daqueles que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram contra aqueles que acreditavam serem seus proprietários. Do ponto de vista teórico, João José Reis destaca a formação dos quilombos como um fato importante da história dos subalternos, visto que se configuram como símbolos de luta e resistência em uma época em que a população negra era considerada inferior dentro de uma sociedade marcada pelo ideal de branqueamento.

Portanto, percebe-se uma fusão intercultural presente na formação das comunidades quilombolas, acompanhada de uma organização política e comercial. Trata-se de uma sociedade extremamente estruturada, cujo viés central é a luta pelo direito à liberdade. Como destaca Reis (1996, p. 16): “homens e mulheres organizaram a produção de maneira eficiente e desenvolveram estruturas originais de parentesco e de poder”.

É evidente que esses grupos étnicos fazem parte do território brasileiro, estando a maioria concentrada na região Nordeste. Segundo pesquisas, o estado da Bahia apresenta a maior concentração de comunidades quilombolas, embora apenas uma parcela esteja certificada pela Fundação Cultural Palmares, incluindo nesse levantamento a região de Mirangaba.

Diante desse panorama, a investigação propõe-se a analisar como memória, tradição oral e práticas culturais se articulam na construção da identidade quilombola da comunidade de Coqueiro, evidenciando sua relevância histórica e social no cenário baiano e brasileiro.

### **Contexto histórico da comunidade de Coqueiro**

Os relatos dos moradores mais antigos revelam que os primeiros habitantes chegaram há cerca de duzentos anos, quando a região era marcada apenas por alguns pés de coqueiro, pequenos riachos e ranchos de palha. Como recorda Maria Conceição dos Santos, conhecida como Dona Cota ou tia Cota, ao narrar suas memórias: “Os primeiros moradores aqui têm uns

200 anos, não tinha nada aqui não, só tinha argum, pé de coco e uns riachinhos beirando a lagoa. e era ranchinho de paia. Quando eu cheguei tinha quinze casas quais tudo de paia”.<sup>6</sup>

É a partir do depoimento de Dona Cota que se inicia a abordagem da história de Coqueiro, povoado pertencente ao município de Mirangaba-Bahia, localizado na microrregião de Jacobina. Sua narrativa retrata um cenário de simplicidade, em que as casas eram construídas de taipa e palha. Dona Cota tinha vinte anos quando se estabeleceu em Coqueiro, por volta de 1961, junto ao marido, Sr. Francisco Zeferino dos Santos, marcando o início de uma trajetória familiar que se tornaria referência na comunidade.

Em seu depoimento, Dona Cota relembra os vizinhos que habitavam a comunidade em seus primeiros anos, descrevendo um cenário simples, marcado por casas de palha e pela vida voltada para a roça. Ela enfatiza sua origem familiar — filha de pai paraibano e mãe quilombola da Água Branca — e destaca a experiência de ter criado quatorze filhos, todos nascidos em casa, conforme os costumes da época.

Os moradores dela é o povo igual eu, tinha Joventina mais Fernandes, Mané dos Reis, eras esses povos. Tinha quinze casa, só era mato o mato rangendo TIMMMMM... o pau pegando no outro. Eu tinha 20 anos quando cheguei aqui, eu sou assim uma cozinha por que meu pai era da Paraíba e minha mãe era uma quilombolinha da Água Branca.

Eu tive 14 filhos, 11 homens e 3 mulheres, naquele tempo não tinha escola, tinha argum escola de noite e ia era pra roça, não tinha carro, não tinha moto, não tinha bicicleta pra onde ia? Não tinha prédio, não tinha nada ia era pra roça. Naquele tempo tinha samba de Reis e a festa era uma roda no terreiro cantando roda, cantando verso. Era os versos, cantava muitos versos bonitos, agora não tem verso mais não, mais naquele tempo tinha.<sup>7</sup>

Esse breve relato revela tanto a alegria de Dona Cota ao recordar sua família quanto a nostalgia diante das dificuldades vividas e das mudanças ocorridas ao longo do tempo. As festas tradicionais, como o samba de Reis, eram momentos de encontro comunitário, realizados em rodas no terreiro, com cantigas e versos que transmitiam ensinamentos e valores. Hoje, essas manifestações sofreram modificações, acompanhando as transformações sociais e culturais. Em sua memória, Dona Cota ainda recita um dos versos que costumava cantar: “*tem cebola branca, onde o rio fez remanso, tanta morena bonita, meus zói não tinha descanso.*”<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Maria da Conceição dos Santos (Dona Cota) à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 19 dez. 2022.

<sup>7</sup> Ibidem

<sup>8</sup> Ibidem

Outra entrevistada, Dona Joana, nascida e criada em Coqueiro, descendente dos primeiros moradores e membro da família Reis, também nos conta como era a vida em meados do século XX. Sua narrativa revela a permanência no território e o vínculo profundo com a comunidade:

Nasci e me criei, casei e ainda hoje estou aqui. Completei 89 anos. Nós vivíamos aqui, naquela vida trabalhando, batalhando a vida. As coisas eram meio difícil, mas dava pra gente viver. Nós íamos para a roça, plantava arroz, mandioca, feijão. A gente plantava para o consumo de dentro de casa e para vender, vender um pouco para comprar as coisas precisa de dentro de casa<sup>9</sup>.

As palavras de Dona Joana revelam o quanto a vida era difícil naquele período, mas também como a comunidade conseguiu sobreviver graças ao trabalho diário nos campos. A agricultura era diversificada, incluindo arroz, feijão, banana, mandioca e café, sempre respeitando as estações do ano e o tempo certo para o plantio. Essas experiências, preservadas na memória, são hoje transmitidas por ela aos netos e bisnetos, garantindo a continuidade dos saberes tradicionais.

Assim como Dona Cota, Dona Joana também criou seus filhos na lavoura, já que o acesso à escola era restrito e poucas pessoas tinham esse privilégio. Sua narrativa evidencia não apenas a dureza da vida cotidiana, mas também a força da tradição oral como meio de perpetuar valores e práticas culturais.

Em determinado momento, Dona Joana se emociona ao recordar os colegas que já se foram: “A gente tem saudade daquelas colegas que trabalhava mais a gente, eu não gosto nem de lembrar”.<sup>10</sup> Apesar das dificuldades enfrentadas, ela ressalta que sempre havia motivos para sorrir e cantar, especialmente durante a labuta diária: “O povo quando apanhava café cantava muita roda, cantava que só uma beleza, aqui tinha muito café, os versos às vezes cantavam e diziam aqueles versos de gente tolo”.<sup>11</sup>

Nesse contexto, a expressão “*gente tolo*” era utilizada para se referir a alguém apaixonado, revelando como os versos e cantigas carregavam significados afetivos e sociais. A memória de Dona Joana evidencia que, mesmo diante das adversidades, a comunidade encontrava na música e na oralidade formas de resistência, alegria e fortalecimento dos laços coletivos.

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Joana dos Reis (Tia Joana), matriarca da comunidade de Coqueiro, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 16 jul. 2023.

<sup>10</sup> <sup>10</sup> Ibidem

<sup>11</sup> <sup>11</sup> Ibidem

As cantigas entoadas durante o trabalho ou nas festividades revelam aspectos da vida afetiva e social da comunidade. Muitas vezes, seguiam uma linha de desilusão amorosa ou de contentamento com alguém, criadas conforme as circunstâncias vividas no momento. Como recorda Dona Joana:

*“O Isauraa... minha beleza... hoo... Isaura meu amor. Hoo... Isaura minha beleza... Vosso amor se acabou”*<sup>12</sup>. Outras vezes, os versos reproduziam cantigas já conhecidas, transmitidas oralmente entre gerações: *“eu quero bem, não digo a quem! Suspeite quem suspeitar. Tendo dentro do meu peito, quero ver quem vem tirar.”*<sup>13</sup>

Todos esses elementos que compõem a conjuntura histórica da comunidade abrem um espaço de tempo que nos conduz a uma dimensão chamada passado. Nesse sentido, os mais velhos exercem um papel fundamental na construção da identidade coletiva, pois são eles a raiz que garante a manutenção e preservação dos costumes, crenças e valores transmitidos de geração em geração, fortalecendo as tradições. Como destaca Weimer (2013, p. 366): “A memória não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção efetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo.”

Essa perspectiva evidencia que a memória, ao ser compartilhada pelos anciãos, não apenas guarda o passado, mas o atualiza no presente, tornando-se um recurso essencial para compreender a trajetória da comunidade e a continuidade de suas práticas culturais.

Ao refletir sobre a cultura histórica da comunidade de Coqueiro, percebe-se a relevância do trabalho de resgate realizado por lideranças como o Sr. Oliveira Francisco, bem como das ações atuais dos movimentos sociais, que se constituem em elementos fundamentais para garantir e preservar os direitos do povo quilombola. Nesse contexto, os festejos de Santos Reis, celebrados anualmente em 6 de janeiro, representam um elo importante que reforça a noção de “pertencimento coletivo”. Nessa ocasião, comunidades remanescentes de quilombos de Mirangaba e de cidades vizinhas, como Jacobina, reúnem-se para apresentar suas danças e cantigas, reafirmando que todos os povos compartilham uma origem comum, ainda que cada grupo mantenha características próprias que definem sua identidade.

Como observa Mello (2008, p. 34): “De forma pioneira, o sociólogo alemão definiu os grupos étnicos não como comunidades efetivas, mas como comunidades que compartilham

---

<sup>12</sup> Cantiga entoada por Joana dos Reis (Tia Joana) durante entrevista concedida à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 16 jul. 2023.

<sup>13</sup> Ibidem

a crença da origem e destino comum.” Assim, os festejos e as práticas culturais não apenas celebram a tradição, mas também reafirmam a identidade coletiva e fortalecem os vínculos entre as comunidades quilombolas da região.

Mesmo com as intervenções e influências do mundo moderno, é possível perceber o esforço das lideranças da comunidade de Coqueiro em manter vivas as tradições por meio das manifestações culturais. O modo de vida, a culinária e os ofícios do dia a dia são evidenciados nos versos cantarolados no Samba de Roda, como demonstra a cantiga:

*O pilão de pisar milho, hoo hee hoo haa... Pisa milho, pisa café! Quero me casar, hoo, hee, hooo, haa.... Meu pai e quem não quer. O pilão de pisar milho, hoo. Hee, hooo, haa.... Pisa milho pisa café!*<sup>14</sup>

As letras das cantigas revelam tanto o trabalho doméstico praticado pelas mulheres quanto a obediência ao pai, evidenciando o forte poder do patriarcado. Essas narrativas dialogam com as histórias contadas pelos moradores mais velhos, que lembram que, quando o galo cantava na madrugada, era sinal de uma moça fugindo. Mesmo com o passar dos séculos, os vestígios do passado ainda são visíveis — seja nas ruínas de uma antiga casa de taipa, nas atividades ligadas à sobrevivência da comunidade ou, sobretudo, nas memórias preservadas pelos moradores. Como observa Silva (2023, p. 35):

A construção da memória, assim como da identidade, agrega vivências que enriquecem o sentimento de coletividade e pertencimento ao grupo social, cultural e étnico, o que colabora para a manutenção das tradições e, muitas vezes, para a reelaboração e significação desses saberes para que não se percam nos tempos atuais. (SILVA, S., 2023, p. 35)

Assim, a memória coletiva e a tradição oral se reafirmam como pilares da identidade quilombola de Coqueiro, garantindo que os costumes e valores transmitidos pelos antepassados continuem vivos e ressignificados no presente.

Logo, os festejos de Santos Reis também são acompanhados de rituais que valorizam a identidade e a ancestralidade, evidenciando as preparações das comidas típicas. Desde o uso do pilão até a pequena fogueira onde se cozinham, em grandes caldeirões, pratos como o arroz de brejo com leite de coco babaçu e a galinha de quintal, toda a responsabilidade da preparação recai sobre as mulheres da comunidade. Nesse sentido, a comensalidade está diretamente ligada à transmissão de conhecimentos e tradições, passadas das gerações mais antigas às mais jovens, por meio das festividades, da reprodução de receitas e do agrupamento de pessoas para a produção coletiva. Como destacam Guedes e Bastos (p. 2):

---

<sup>14</sup> Cantiga entoada por Maria Aparecida de Souza durante entrevista concedida à autora. Comunidade quilombola de Coqueiros, 19 dez. 2023.

está também ligada à transmissão de conhecimentos e tradições passadas de gerações antigas às mais jovens e que se dá por meio das festividades, que enaltecem a cultura da comunidade e por meio da reprodução de receitas e agrupamento de pessoas para a produção das mesmas, age na facilitação da preservação patrimonial, cultural e histórica das comunidades remanescentes de quilombolas.

Toda via, entre as muitas narrativas que constroem a história da comunidade, destaca-se o relato de que Lampião, o mais famoso dos cangaceiros, teria passado por essas terras e surpreendido uma senhora chamada Jacinta.

Quando Lampião andava, sei o que minha mãe me contava, ele pegava as pessoas de surpresa, só que Mané Bento, um fazendeiro da água branca, mandou recado pra ele, que podia ele ir. Só estava esperando-o botar a mão na cancela dele, mas ele não pisou o pé não. Mas ele tomava informação quem era os mais ricos, quem tinha ouro, quem tinha muito dinheiro. Como é o caso do avô de minha sogra, marido da finada Jacinta tem muitos anos que faleceu. Dizem que Jacinta estava torrando café e o filho moendo, quando Lampião apareceu e aí pegou a veia de surpresa, mas também minha mãe dizia que era a veia mais rica da região. Também ele chegou e pediu ouro, mais a veia era segura, não soltava as coisas fáceis. Lampião pediu ouro e ela respondeu a onde eu vou ver esse ouro.<sup>15</sup>

Esse episódio, transmitido pela tradição oral, reforça como a memória da comunidade se entrelaça com acontecimentos históricos mais amplos, como o cangaço. A presença de Lampião, ainda que breve e marcada por tensões, tornou-se parte das histórias locais, revelando tanto o medo quanto a resistência das famílias diante das investidas do cangaceiro.

No entanto, o contexto histórico deste território, assim como de outros remanescentes de quilombo, possui em sua essência a luta pela sobrevivência. Em meados da segunda metade do século XIX, os primeiros desbravadores de Coqueiro foram escravizados que buscavam refúgio na região. Como destaca Miranda (2018, p. 2): “Durante este século ocorreram várias fugas de escravizados na região de Jacobina, e Mirangaba parece ter sido o cenário para essas ocupações.”

Esse processo de ocupação evidencia que a comunidade de Coqueiro nasceu da resistência e da busca por liberdade, tornando-se parte de uma rede de territórios quilombolas que se estruturaram a partir da memória, da ancestralidade e da luta contra a opressão.

Outrora, os primeiros moradores dessas terras foram a família de Seu Norberto, um viúvo que, acompanhado de suas três filhas — Mariana, Liandra e Felícia —, saiu de São Tomé, território localizado no município de Campo Formoso que faz divisa com Mirangaba, em busca

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida de Souza, filha de Maria da Conceição dos Santos (Dona Cota) e trabalhadora rural, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 19 dez. 2023.

de refúgio em Coqueiro. Essa informação foi revelada em conversa com Maria do Socorro<sup>16</sup> atual liderança das comunidades quilombolas de Mirangaba-Ba.

Inicialmente, o meio de sobrevivência se deu pelo cultivo do coco babaçu. Somente após perceberem a fertilidade das terras, os moradores passaram a cultivar outros produtos, ampliando a base agrícola da comunidade. Nesse sentido, Miranda (2018, p. 2) afirma:

Para os moradores de Coqueiros, o senhor Norberto Santos foi um desbravador, aquele que conseguiu driblar as autoridades, os capitães do mato, fugindo com sua família por várias terras, até conseguir amparo em Coqueiros. A região de Coqueiros possui uma beleza ímpar, pois é cercada de belas serras, lagoas e rios, terra fértil, com um clima bastante agradável; durante o inverno a temperatura cai bastante.

Todavia, ainda se preserva a cultura e o modo de sobrevivência, pois os moradores atuais vivem da agricultura, cultivando banana, café, abacate, tangerina, laranja, arroz, mandioca e coco babaçu. O diferencial da comunidade está na produção do arroz e na extração do óleo do coco babaçu, elementos essenciais para a preservação da cultura quilombola.

Atualmente, o município de Mirangaba integra doze comunidades reconhecidas como quilombolas: Coqueiro, Santa Cruz, Fazenda Palmeiras, Jatobá da Grota, Soledade, Lajedo, Olhos da Água, Dionísia, Ponto Alegre, Nuguacú, Sambaíba e Almeida. Por muito tempo, muitas dessas comunidades sentiam receio em se reconhecer como remanescentes de quilombo, uma vez que até mesmo os próprios moradores tinham preconceito e medo de serem excluídos da sociedade.

Esse receio é resultado de um passado remoto que remete à ideia de quilombo como local isolado, formado por escravos negros fugitivos. Contudo, tal conceito foi ampliado pela Constituição Federal de 1988, assumindo novos significados tanto na literatura especializada quanto para grupos, indivíduos e organizações. Como afirmam O'Dwyer (2002, p. 5):

“Passado remoto da nossa história que nos remete à ideia de quilombo como um local isolado, formado por escravos negros fugitivos, tendo em vista que tal conceito foi ampliado pela Constituição Federal de 1988, assumindo novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações.”

Assim, percebe-se que o reconhecimento das comunidades quilombolas, como Coqueiro, não se limita apenas à memória de resistência, mas também à ressignificação histórica e cultural que lhes confere novos sentidos no presente. O conceito de quilombo, antes associado ao isolamento e à fuga, passa a ser entendido como espaço de pertencimento, identidade e luta por direitos, reafirmando a importância dessas comunidades na preservação da ancestralidade e na construção de um futuro pautado pela valorização da diversidade cultural.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Maria do Socorro, liderança das comunidades quilombolas do município de Mirangaba-BA, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, dez. 2022.

## **O mundo do trabalho e o protagonismo das mulheres na roça.**

Pensar na perspectiva de destacar o papel da mulher negra se torna um objeto desafiador, considerando os moldes impostos pela sociedade. O mundo dos anos 1980 não é o mesmo que conhecemos hoje, pois uma série de eventos históricos contribuiu para sua evolução, e a forma de escrever e estudar história também se transformou ao longo do tempo. Todavia, ainda são escassas as discussões e debates no campo da historiografia que envolvem novas epistemologias de ensino, sobretudo no que se refere às interpretações sociais das relações de gênero, como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”.

Sob esse ponto de vista, percebe-se que o debate das relações raciais no Brasil, desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX, se constituiu a partir da criação de mitos e estereótipos em torno da inferioridade do homem e da mulher negra, da inviabilidade de um país mestiço, da tese do branqueamento, da fábula das três raças e do mito da democracia racial. Como afirmam Carvalho e Bartholomeu (2020, p. 11):

O debate das relações raciais no Brasil desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX se constituiu a partir da criação de mitos e estereótipos em torno da inferioridade do homem e da mulher negra, inviabilidade de um país mestiço, tese do branqueamento, a fábula das três raças e o mito da democracia racial.

Em outras palavras, ao analisar as prerrogativas existentes nas discussões em torno das relações de gênero, compreende-se que também há uma distinção social entre a mulher negra e a mulher branca, distinção que ainda é evidente no século XXI e que se configura como consequência direta do período escravocrata colonial. Diante disso, muitas intelectuais criticam essa maneira de pensar e fazer história, ressaltando que novas epistemologias são necessárias para compreender as intersecções entre raça e gênero. Como afirmam Carvalho e Bartholomeu (2020, p. 14): “O debate advindo do movimento feminista negro ajuda a pensar melhor esta articulação entre raça e gênero, como categorias configuradas na experiência colonial e produtoras de desigualdades epistêmicas.”

Contudo, compreende-se o papel da mulher negra quilombola para além da preservação das raízes culturais: seu protagonismo se estende às atividades do campo e, em alguns casos, até aos espaços políticos privilegiados pela elite. O objetivo aqui é evidenciar a presença dessas personagens femininas nas atividades rústicas ou trabalhos braçais, tradicionalmente associados aos homens.

Considerando o êxodo rural que ocorre com frequência na comunidade de Coqueiro, onde os maridos costumam sair em busca de trabalho para garantir melhores condições de vida,

a mulher quilombola enfrenta o desafio de acumular funções. Ela não apenas planta, mas também colhe, transporta e comercializa os produtos, assegurando o sustento da família. Como relatam a moradora:

As mulher trabalha a plantação da banana, do arroz, as mulher planta e ainda leva para feira, vai para feira vende essas banana para trazer o pão de cada dia para casa, traz o açúcar, traz a carne traz de tudo, o que a gente não planta na comunidade a gente traz da feira e leva para casa, a fonte de renda nosso aqui mesmo é o cultivo mesmo é da banana que as mulher vive aqui é da banana, laranja, abacate.<sup>17</sup>

Esse testemunho revela que o protagonismo feminino na roça não se limita ao trabalho agrícola, mas se estende à gestão da renda e ao abastecimento doméstico, reafirmando a mulher como pilar da sobrevivência e da resistência cultural da comunidade.

Segundo o relato de Dona Aparecida, o cultivo da banana constitui a principal fonte de renda da comunidade, sendo todo o preparo para o plantio e a colheita realizado pelas mulheres, que também se responsabilizam pela venda na feira. Além disso, suas atividades se multiplicam: cuidam das tarefas domésticas, lavam roupa no rio, cuidam dos animais e até capinam a roça. Continuando sua afirmação, Dona Aparecida ressalta que o trabalho feminino é essencial para garantir o sustento da família, pois são elas que asseguram o pão de cada dia por meio da agricultura e da comercialização dos produtos.

Quem trabalha mais é a mulher, ela levanta no dia seguinte tem suas tarefas de casa para fazer, tem roupa para lavar, como nós aqui ainda lava tirando água ainda, nos quando não tem água em casa que nós só tem a água da cisterna quando chega no tempo do verão a gente vai lavar no rio e a gente chega em casa, ainda tem afazeres de casa, vai pra roça e é muita coisa para a mulher, a mulher sempre trabalha mais, o homem trabalha sim. Mais os afazeres da mulher são mais, e a gente faz e às vezes quando chega a noite se tiver um aniversário, um samba e a mulher ainda participa, porque Deus mesmo é quem dá a força para a mulher, por que muita coisa para a mulher e faz e agradece a Deus por tudo que Deus faz na vida mulher por que nos faz as coisas e não se cansa de fazer cuidar dos filhos cuida dos netos, só é agradecimento a Deus pela vida pela saúde por tudo que ele faz na nossa vida.<sup>18</sup>

Esse testemunho complementa sua fala anterior e reforça a ideia de que o protagonismo da mulher quilombola vai além da produção agrícola. Ele evidencia a sobrecarga de funções, mas também a força espiritual que sustenta sua resistência, mostrando que o trabalho feminino é o verdadeiro alicerce da comunidade.

Todavia, apesar de todas essas responsabilidades, percebe-se que ainda há desigualdade entre homens e mulheres, inclusive no lar, principalmente no valor da diária, já que o tempo de trabalho para ambos é o mesmo, mas os valores recebidos são diferentes. Além

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida de Souza, filha de Maria da Conceição dos Santos (Dona Cota) e trabalhadora rural, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 19 dez. 2023.

<sup>18</sup> Ibidem

disso, após toda a labuta no campo, a mulher ainda precisa dar conta dos serviços domésticos. Essa desigualdade pode estar relacionada à educação, ou seja, à forma como são transmitidos os valores para os filhos: a menina é criada para ser uma boa dona de casa, enquanto o menino é preparado para o mundo. Nesse sentido, Tedeschi (2004, p. 49) observa:

O modo como são criados os meninos lhes dá condições de ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. Da mesma maneira, a educação das meninas objetiva prepará-las para desempenhar os seus futuros papéis no lar e na família. Assim, elas são encorajadas a serem dóceis, passivas, úteis, boazinhas, prestativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, abnegadas, a não incomodar as pessoas e a não dizer “não”. Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a “cuidar” de todos os familiares, menos delas, a serem guardiãs dos laços e da tradição.

Esse apontamento dialoga diretamente com o relato de Dona Aparecida, pois evidencia que a sobrecarga feminina não é apenas fruto das circunstâncias econômicas, mas também de uma construção social e cultural que naturaliza o trabalho da mulher como múltiplo, invisível e sempre voltado ao cuidado dos outros.

Contudo, existem movimentos sociais na comunidade realizados em parceria com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Coqueiro, que visam romper com esses paradigmas, buscando valorizar o trabalho e promover o empoderamento das mulheres. Considerando que a maior parte do cultivo e da comercialização é realizada pelas produtoras, observa-se, ao mesmo tempo, uma divisão do trabalho em que a preparação da terra para o plantio é reservada aos homens.

Sobre isso, Tedeschi (2004, p. 51) afirma: “Com a modernização da agricultura, houve uma redefinição da divisão do trabalho por sexo, de tal forma que as atividades e as representações sobre a mão-de-obra feminina ficaram mais definidas.” Esse apontamento evidencia que, mesmo diante das transformações trazidas pela modernização agrícola, persistem fronteiras de gênero na divisão das tarefas. No entanto, a atuação das mulheres quilombolas em movimentos sociais e associações demonstra que elas não apenas resistem, mas também reivindicam reconhecimento e protagonismo, ampliando seu espaço dentro e fora da roça.

Todavia, apesar dos territórios quilombolas criarem um modelo estável para a sobrevivência agrícola, as experiências dos moradores da comunidade de Coqueiro revelam que já enfrentaram tempos difíceis, provavelmente causados também pela seca, o que contribuiu para o êxodo rural. Em uma conversa, o senhor Jardelino Bento, morador há oitenta e seis anos, afirma que se sente grato por ter ido para São Paulo, pois foi dessa viagem que conseguiu construir sua casa:

São Paulo para mim é estrada, no sei quantas vezes eu já fui para São Paulo. E minha Valença que quando foi eu 50,50 e poucos Inter 55 eu rompi pra São Paulo, quando nada eu arranji para fazer pelo menos uma morada, eu hoje agradeço SP. Cheguei empreguei que quando nada a morada eu fiz. Há, eu tive 26 filhos e a metade tá quase tudo em SP, mas foi uma viagem abençoada para eles que hoje todos eles têm seu pé de vida. Tem uns que já tem suas lojinhas e empregador. E para mim agradeço a Deus tanto os de lá quantos os daqui tudo me persa. Quando um liga, outro liga.<sup>19</sup>

Esse testemunho revela como a migração se tornou uma estratégia de sobrevivência e ascensão social, permitindo que famílias construíssem moradias e buscassem melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, evidencia a manutenção dos vínculos afetivos e familiares entre os que permaneceram em Coqueiro e os que se estabeleceram em São Paulo, mostrando que o êxodo rural não significou ruptura, mas sim uma ampliação das redes de solidariedade e pertencimento.

Histórias como essa são vivenciadas por muitas famílias quilombolas, que precisam sair do campo em busca de melhores condições de vida e sustento. Geralmente, o marido é quem parte, enquanto a mulher permanece responsável pela casa, pelos filhos e pela roça. Exemplo disso é o relato de Seu Lagoa, personagem peculiar encontrado nas narrativas da comunidade:

O lugar mais longe que eu fui, foi Irecê, naquele tempo não era bom para ganhar um dinheirinho para dar de comer os filhos, mais daí depois a gente aprendeu a trabalhar na roça saímos desse ganho. Agora sobrevivemos da própria roça para dar de comer os filhos. Graças a deus minha mulher é trabalhadeira, ainda bem que eu tenho ela eu sozinho não era ninguém, porque eu tinha muito filho. Tive 11 filhos tudo vivo, não era 12 mais morreu 1 aí ficou 6 mulheres e 5 homens. Uns trabalha aqui, e outros pelo mundo, outros para Taquarendi, Mato Grosso do Sul e outro mora ali em Jacobina também, minhas filhas mora quase tudo em Jacobina. E neto tenho um pouquinho, 20 netos né pouco não a senhora acha que é pouco?<sup>20</sup>

Esse testemunho revela não apenas a dimensão econômica da migração e do retorno à roça, mas também a valorização da mulher como pilar da sobrevivência familiar. Ao reconhecer a esposa como trabalhadeira e indispensável, Seu Lagoa reforça a centralidade do protagonismo feminino na vida quilombola, tanto no campo quanto na manutenção dos laços familiares.

Conforme os relatos, percebe-se que a migração em busca de empregos ocorre com frequência para cidades como São Paulo, Minas Gerais e Luís Eduardo, onde se concentram grandes fazendas de soja, laranja e café. Dependendo da época da colheita, os homens costumam passar de seis meses a um ano longe de casa. Essa ausência modifica temporariamente o estado civil das mulheres, que muitas vezes se declaram solteiras em

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Jardelino Bento dos Santos, morador da comunidade de Coqueiro, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, jul. 2023.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Manoel Arcanjo dos Santos (Lagoa), plantador de arroz de brejo, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiros, mar. 2023.

entrevistas socioeconômicas, mesmo estando casadas, já que a realidade cotidiana as coloca como únicas responsáveis pelo lar.

Tenho 35 anos, tenho uns 20 anos que lavo roupa aqui no rio, sou solteira, tenho 3 filhos. Meu marido trabalhava na roça. Depois que eu terminar ainda vou para casa, arrumar a menina para ir para escola. E quando eu acho um dia ainda lavo roupa para fora também.<sup>21</sup>

Esse depoimento foi colhido de uma moradora da comunidade de Coqueiro. Ao visitar a plantação de arroz, avistei uma mulher lavando roupa no rio com suas filhas pequenas. Perguntei se ela era casada e ela respondeu que era solteira, mas que o marido trabalhava na roça, utilizando o verbo no passado. O fato é que, por um tempo, ela assumiu sozinha a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, revelando que, quando era casada, o companheiro costumava trabalhar em outras cidades. Essa dinâmica influencia diretamente nas relações de poder patriarcal, redefinindo os sistemas hierárquicos familiares. Sobre isso, Tedeschi (2004, p. 50) observa:

E essas relações entre as gerações no interior da família mudaram de tal forma que mesmo os vínculos familiares e os sistemas hierárquicos perderam sua função, força e legitimidade, uma vez que a posição dos indivíduos no sistema familiar não era mais a única fonte de poder e novos valores foram sendo introduzidos na unidade familiar.  
<sup>22</sup>

Decerto, a mulher quilombola ocupa um lugar de prestígio no núcleo familiar, podendo tomar suas próprias decisões. Contudo, é evidente que ainda se sente submissa em relação ao poder masculino, sobretudo no campo da maternidade, já que culturalmente uma casa cheia de filhos é vista como exaltação da masculinidade dos homens. Quando o casal não tem filhos após algum tempo de casamento, a responsabilidade recai sobre a mulher.

No “imaginário das mulheres rurais, o sustento da casa e da família, em geral, é visto como de responsabilidade do homem, cabendo a elas manterem a casa e os filhos nas melhores condições possíveis” (TEDESCHI, 2004, p. 56). Ainda segundo o autor, homens e mulheres veem essa divisão como algo normal e já incorporado à rotina. Tedeschi (2004, p. 48) acrescenta que:

a mulher não era valorizada pela força física e nem pela saúde em relação a várias atividades produtivas na lavoura, na qual ela “ajudava” o homem diariamente, passando quase o mesmo tempo que ele no trabalho da roça. Por outro lado, como esposas e mães, as mulheres eram “guardiãs” do sistema de conduta, sendo responsáveis pela criação dos filhos como bons agricultores e como adultos sociáveis no seu grupo. Apesar de todas as suas responsabilidades, as mulheres eram consideradas mais fracas do que os homens, tanto física como mentalmente, e não

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida por moradora da comunidade de Coqueiro que preferiu não se identificar, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, dez. 2023.

eram consideradas capazes (e também não eram estimuladas) de ter uma opinião e de expressá-la.

Embora as mulheres sejam o verdadeiro alicerce da sobrevivência familiar e comunitária, sua força e protagonismo ainda são invisibilizados ou reduzidos à condição de “ajuda”. A contradição entre prestígio e submissão revela como o patriarcado se mantém presente, mesmo em contextos onde a mulher é quem sustenta a vida cotidiana.

Logo, romper com esses padrões patriarcais tende a ser uma tarefa quase impossível na comunidade. Observando o comportamento das mulheres em uma roda de conversa na Associação, percebi a preocupação delas em começar logo para poder terminar cedo, já que algumas tinham acabado de chegar da roça e ainda precisavam preparar a janta. Muitas vivem realidades diferentes umas das outras, mas todas ancoradas nos deveres de esposas, reforçados pela diversidade religiosa. Sobre isso, Carvalho (2021, p. 26) afirma: “As mulheres quilombolas sentem às violências de uma forma distinta, visto que estão inseridas em um local no qual mais de um eixo de poder opera, ou seja, sentem o entrecruzamento das opressões de gênero, classe, raça e etnia operando juntas.”

Revelando que, o protagonismo feminino quilombola não pode ser analisado apenas pela ótica do trabalho ou da maternidade, mas precisa considerar o conjunto de opressões que atravessam suas vidas. Ao mesmo tempo, mostra que, mesmo diante dessas pressões, elas continuam a resistir e a se organizar coletivamente, reafirmando sua força e sua centralidade na vida comunitária.

Contudo, elas sentem orgulho de serem trabalhadoras rurais, mulheres negras e quilombolas. As jovens buscam diariamente romper com o sistema racista enraizado na sociedade brasileira. É a partir do coletivo que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, ajudando-se mutuamente para superar as dificuldades que surgem tanto no trabalho da roça quanto nos afazeres domésticos. Ressalta-se que as mulheres das comunidades quilombolas do município de Mirangaba-BA participam ativamente de programas de políticas públicas voltados para o campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenados pela prefeitura local.

Esse engajamento revela que o protagonismo feminino quilombola não se limita ao espaço privado ou comunitário, mas se estende ao campo das políticas públicas, reafirmando sua força como agentes de transformação social e como guardiãs da agricultura familiar.

## **Do cultivo à mesa: o legado do arroz de brejo na comunidade de coqueiros.**

O arroz é serviço pesado, não é para todo mundo não, tem que cavar brejo, tem que planear, tem que pôr a muda, a muda crescer com todo trabalho modo passarinho comer e o rato. Ai a gente pega aquela mudinha e enfia lá na lama com as mãos. Ai há depois agente alimpa de enxada de novo aí ele vai crescer, vai cachear e vai madurecer e secar daí a gente vai cortar e colocar ele no terreiro para secar. Hoje em dia é na máquina, mas naquele tempo era no pilão. Conforme, tem arroz que é mais ligeiro e tem outra que é mais tardão. 7 meses para ficar no arroz.<sup>23</sup>

É com base no depoimento de Dona Joana que se inicia a abordagem sobre o cultivo do arroz de brejo na comunidade de Coqueiro, uma tradição que perdura há décadas desde os primeiros moradores. Segundo Dona Aparecida, “antigamente aqui ninguém conhecia esse arroz de mercado, só o arroz de brejo; comia-se o que produzia na roça”.<sup>24</sup> Mesmo com o advento da evolução produtiva por meio do uso de tecnologias, ainda se preservam os ensinamentos deixados pelos ancestrais, como a preparação do brejo, a plantação e a colheita.

Ressalta-se que o espaço de cultivo do arroz de brejo é caracterizado por áreas naturalmente alagadas, localizadas em baixadas ou margens de rios e riachos, onde o solo permanece úmido durante grande parte do ano. Esses ambientes são compostos por lama e água acumulada, formando uma espécie de várzea que exige técnicas específicas de manejo. O trabalho nesse tipo de terreno demanda grande esforço físico, já que o plantio é realizado manualmente, com as mudas sendo inseridas diretamente na lama.

Além disso, o brejo apresenta desafios constantes, como o controle de pragas — pássaros e roedores — e a necessidade de limpeza periódica com enxada para garantir o crescimento saudável das plantas. Por outro lado, esse espaço de cultivo também oferece vantagens: a umidade natural favorece o desenvolvimento do arroz sem necessidade de irrigação artificial, e a fertilidade do solo contribui para a produtividade. Trata-se, portanto, de um ambiente que, além de assegurar a subsistência alimentar, constitui um patrimônio cultural que reforça a identidade coletiva da comunidade. Nesse sentido, Dutra (2018, p. 170) afirma:

“as comunidades de quilombo, como grupos sociais, são responsáveis pela continuidade dos grupos que remontam a sua própria origem, assinala pelos aspectos da ancestralidade comum. A sua memória, por tanto, possui a temporalidade de existência do próprio grupo”.

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Joana dos Reis (Tia Joana), matriarca da comunidade de Coqueiro, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 16 jul. 2023.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida de Souza, filha de Maria da Conceição dos Santos (Dona Cota) e trabalhadora rural, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 19 dez. 2023.

Assim, o brejo não é apenas um espaço físico de plantio, mas um território simbólico e cultural, que guarda a memória das práticas ancestrais e reforça a identidade coletiva da comunidade quilombola.

Dessa forma, não se trata de uma tarefa fácil, mas a música e os versos transmitem leveza ao trabalho, ressaltando que esses cantos também são retratados nos sambas de roda e nos festejos de Santos Reis, comemorados anualmente em 06 de janeiro. Evento que pude vivenciar e, nos versos, perceber a semelhança com o modo de vida dessa gente, que, apesar das dificuldades, permanece alegre e festiva.

Com isso, o diferencial desta comunidade está em seu povo, na ancestralidade que carregam no sangue, sendo “a memória a temporalidade de existência do próprio grupo” (DUTRA, 2018, p. 170). Logo, é impossível falar da agricultura, em especial do arroz de brejo, sem retornar ao passado.

Vinha gente, de Água Branca, Três Coqueiros de todo canto, nos convidava aquele povão todo fazia uma reunião de 30 a 40 homens quando era de tarde fazia uma bandeira subia cantando daqui eu ainda me lembro da cantiga.

[...] Oia a bandeira, oia a bandeira da moça brasileira, eles batendo na enxada com o facão, TAM TAM TAM. Hoo, quem enfeitou essa bandeira foi uma moça de valor [...]<sup>25</sup>

Conforme o depoimento de Seu Lagoa, é através da coletividade e do trabalho em grupo que os moradores se organizavam para cavar o brejo. Antigamente, realizavam os batalhões convidando amigos da própria localidade e também dos pequenos povoados vizinhos, excedendo as relações de parentesco e fortalecendo as redes de amizade e reciprocidade. Nesse sentido, o historiador Engemann (2005, p. 182) defende que:

[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário, o que fornece a amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças- frequentemente apreendidos desses antepassados – que também são partilhados pela maioria dos membros da comunidade. (apud Silva, N. 2018, p27)

Contudo, observa-se que os moradores da comunidade de Coqueiro constroem um relacionamento através da dádiva, ou seja, pelo ato de dar e receber. Nesse sentido, é muito comum que as mulheres, ao fazerem bolo de arroz, compartilhem com suas vizinhas. Recordo que, ao visitar a casa de Dona Cota, presenciei uma situação semelhante: uma senhora que estava na lida havia colhido feijão-verde e levou um pouco para ela. Em sinal de agradecimento,

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Manoel Arcanjo dos Santos (Lagoa), plantador de arroz de brejo, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, mar. 2023.

Dona Cota lhe ofereceu um pedaço de bolo de arroz preparado por sua filha. Achei interessante, pois nos dias atuais é pouco comum o ato de compartilhar de forma tão espontânea.

Todavia, são essas relações que ainda prevalecem no cultivo do arroz de brejo. Apesar de não existirem mais os grandes batalhões, ainda assim, mesmo que em menor número, é possível perceber os vínculos existentes nessa produção.

**Figura 1- Brejo**



Fonte: Brejo da família de Dona Cota- setembro de 2022.

A foto apresentada mostra a família de Dona Cota e o próprio Seu Lagoa preparando os canteiros para semear a semente do arroz, prática geralmente realizada no mês de agosto, obedecendo ao calendário tradicional dos mais velhos. Todo o processo ocorre no brejo, definição já supracitada, caracterizado por áreas úmidas e lamacentas.

Cabe ressaltar que, no município de Mirangaba, predomina o clima tropical semiárido, com meses mais quentes e outros mais frios, e vegetação predominantemente de caatinga. O território é composto por duas regiões distintas: o sertão, mais seco e pedregoso, e a grota, mais chuvosa, úmida e fria. É justamente na região da grota que se concentram os brejos, favorecendo o cultivo do arroz e garantindo a continuidade dessa prática agrícola tradicional.

Inicialmente, por se tratar de um trabalho pesado e de difícil manuseio, a atividade é realizada apenas pelos homens, ficando a cargo das mulheres o preparo do almoço e do lanche. Essa realidade também está presente no brejo da família de Antônio João Alves de Souza, atualmente comandado por suas filhas. Segundo ele: “O trabalho é muito pesado para a mulher, só cava com enxada nova, é que nem um trator: você vem trabalhando. Ainda tem uma xamichuga lá que suga você, precisa passar remédio, passar uma nodia pra ela sair, a bicha é da grossura de um dedo.”<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Antônio João Alves de Souza à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 12 mar. 2024

A partir do depoimento de Seu João, relembrei as histórias que minha avó contava a respeito das “chamichugas”, que, segundo ela, quando grudam na pele só soltam quando tropeja. Minha ingenuidade me levou a questioná-lo se isso era verdade, ao que ele respondeu:

“Eu tinha uma tia, sabe? Ela estava limpando o arroz e a mulher disse: olha a chamichuga! E ela chupou o sangue dela e soltou o sangue. Não teve remédio, a senhora acredita? Ela morreu! A gente vê, elas pegadas no sapo lá. Rs.rs.rs”.<sup>27</sup>

Com isso, percebe-se como as narrativas orais evocam memórias e experiências coletivas. Afinal, “as evocações do passado trabalham uma matéria-prima da experiência, articulando diversas historicidades e temporalidades” (MELLO, 2008, p. 80).

Neste contexto, Ana Lice, uma das filhas de Seu João, destacou que, após a preparação do brejo, o restante dos serviços é realizado por elas, evidenciando a organização em torno da produção, bem como a divisão das tarefas. Segundo seu relato:

A diária do homem é 100 reais, nós mesmos é que faz o restante do serviço se fosse pagar a diária para a mulher sairia de 60 reais. E ninguém que ir, a gente vai mesmo por que a gente é teimosa. Esse ano a gente plantou mais sedo. Em julho, para evitar tanto gasto é uma ajudando as outras.<sup>28</sup>

Essa realidade dialoga com os estudos de Woortmann e Scott (2010), que evidenciam como gênero e geração estruturam as práticas agrícolas no universo rural, revelando que a divisão sexual do trabalho não apenas organiza a produção, mas também reforça papéis sociais e identitários. Do mesmo modo, pesquisas recentes sobre comunidades quilombolas — como as de Figueiredo (2024) e Coelho (2025) — demonstram que o trabalho das mulheres não se limita à execução de tarefas agrícolas, mas constitui prática de resistência, solidariedade e afirmação cultural.

Além das desigualdades de gênero já mencionadas, nota-se ainda as diferenças no valor das diárias recebidas entre homens e mulheres, como foi elencado anteriormente. Todavia, nas entrevistas percebi que as famílias que ainda insistem em manter a tradição da plantação do arroz o fazem porque carregam consigo o dever de continuar, uma vez que a dimensão do trabalho rural é complexa e tende a lidar com conflitos no ambiente familiar, resultando em uma labuta mais cansativa e árdua. Soma-se a isso as consequências da degradação ambiental causada pela ação humana. Segundo João Alves:

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Antônio João Alves de Souza à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 12 mar. 2024

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Ana Lice, filha de Antônio João Alves e uma das poucas mulheres que planta arroz na comunidade de Coqueiros, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiros, 12 mar. 2024.

Mas, naquele tempo plantava que dava muito, o arroz hoje não dá mais por que as águas acabaram não tem mais água. La donde nos plantava arroz, eu estava falando com a minha fia, merecia nos ter um celular para gravar, hoje virou sertão. Tinha muita gente que conhecia nossa grota dai de Mirangaba.

29

Contudo, é na primavera que começa o processo da muda de arroz. Alguns agricultores iniciam no mês de setembro, outros em outubro. A partir desse momento, eles adotam estratégias para garantir bons rendimentos da safra, como, por exemplo, o uso de espantalhos para afugentar pássaros-pretos e azulões. Como dispõem de poucas condições financeiras, poucas famílias fazem uso de sombrete.

Essa tarefa é realizada por todos os membros da família, incluindo os filhos. No caso das filhas de Seu Antônio João Alves, o serviço é realizado exclusivamente por elas, sem dispor de ajuda externa, o que evidencia tanto a divisão de gênero quanto a solidariedade familiar na manutenção da tradição agrícola.

**Figura 2-** Brejo, colheita do arroz



Fonte: Brejo da família de Dona Cota- janeiro de 2024.

A colheita ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro, dependendo do tipo de semente. Como afirma Dona Joana, “tem arroz que é mais ligeiro e tem outro que é mais tardão”, sendo que todo o processo dura, em média, de seis a sete meses. Além da diferença no tempo de maturação, os agricultores destacam também a diversidade das sementes utilizadas: há variedades de arroz mais vermelhas, outras brancas com listas vermelhas, cada uma com características próprias de sabor, cor e resistência.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Antônio João Alves de Souza à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 12 mar. 2024

Percebe-se que a colheita costuma acontecer antes dos festejos de Santos Reis, considerando que o arroz é um prato típico dessa época, bem como da Semana Santa. Os mais velhos contam que, antigamente, costumavam fazer um samba de roda que atravessava a noite. Seu Lagoa ainda se lembra desse tempo:

Quando era de noite fazia um samba, sambava a noite todinha, trabalhava o dia todo e sambava a noite todinha. Verdade! Mais também bebia uma cachaça só que ninguém brigava, graças a Deus era um trem uma coisa que parece que era mandado de Deus, daquele povo mais veio que ninguém empurrava um outro, e se a vez que aquele povo mais novo queria brigar aí aqueles mais velho falava hoo meu filho né assim não. Pronto cabou a conversa. As nossas autoridades aqui antigamente eram esses mais velho como eu to dizendo para a senhora. Era Vei de Vardi, Vei de Cota, Antônio Joaquim. Era os povos mais veio do coqueiro tudo. No tinha um para responder esses mais vei. Respeitava, agora hoje mudou e muito e for reclamar ainda ta errado.<sup>30</sup>

Percebe-se, ainda, que as autoridades da época eram os chefes de famílias mais velhos, aos quais todos deviam obediência e respeito. Nas entrevistas, escutei relatos de que, nessas festas, se uma moça fosse convidada para dançar e se recusasse, era mandada embora para casa. Histórias como essas são contadas à beira do pilão pelas mulheres, enquanto estão pisando o arroz. Além disso, cantam versos e jogam conversa fora sobre o cotidiano, reforçando a dimensão coletiva da memória. “Nessa perspectiva, o coletivo orienta as ações dos sujeitos, interferindo, inclusive, no mecanismo de constituição das memórias e na maneira em que o indivíduo acessa e mobiliza uma narrativa sobre o passado” (FLORES, 2022, p. 249).

Além das práticas festivas que marcavam a colheita e a convivência comunitária, o processo de retirar a palha do arroz é também compartilhado em algumas famílias. Na família de Dona Cota, por exemplo, aos homens é reservado o uso do pilão, enquanto às mulheres cabe a responsabilidade de soprar o arroz na peneira, retirando toda a palha. Essa divisão evidencia não apenas a organização interna das famílias, mas também a reprodução de papéis de gênero no cotidiano agrícola, em que cada etapa do trabalho é marcada por funções específicas e socialmente atribuídas.

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Manoel Arcanjo dos Santos (Lagoa), plantador de arroz de brejo, à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, mar. 2023.

**Figura 3-** Seleccionando arroz



Fonte: Rodolfo Rodrigo,2023<sup>31</sup>

**Figura 4-** Pisando arroz



Fonte: Casa de Ana Lice março,2024

Em outros tempos, como existiam muitas vazantes de arroz, este era comercializado nas feiras de Jacobina e Mirangaba-BA. Seu João Alves costumava vender no mercadinho de Seu Messias, um dos primeiros donos de mercado da região.

Antigamente tinha bastante vazante de arroz, nos trabalhava nos Três Coqueiros, Palmeiras, comprei um tiquinho de chão aqui no Gabriel nos tinha essa terra tudo de arroz. Era o comércio, vendia a Messias. Você se lembra quando ele tinha aquele supermercado, tinha em Mirangaba, outro em Santo Mé. Após a gente entregava. Ai em Mirangaba era lugar que vendia muito arroz antigamente. Hoje em dia o comércio

---

<sup>31</sup> Registro fotográfico realizado por Rodolfo Rodrigo para matéria da COFASPI, retratando Maria Aparecida de Souza soprando arroz. Comunidade quilombola de Coqueiros, dez. 2023.

para Arroz caiu, desse nosso caiu. Que as meninas fazem manda 10 kg não vende, logo ele custa 30 contos o do outro é 5<sup>32</sup>.

A diminuição das vazantes acarretou na redução da produção, o que conseqüentemente elevou o preço do arroz de brejo e fez com que muitas famílias se desmotivassem. Contudo, ainda há aquelas que persistem por conta da tradição, como Seu Lagoa, Antônio João, Dona Durva, Dona Cota e Seu Jardelino.

Atualmente, os filhos costumam plantar em parceria uns com os outros, prática que eles mesmos chamam de “plantar de meia”, dividindo os lucros e os riscos. Geralmente, essa partilha ocorre entre membros de famílias distintas, ou seja, entre comadres e compadres, reforçando os laços de solidariedade e reciprocidade que sustentam a continuidade da produção.

Como podemos perceber, o cultivo do arroz de brejo está profundamente ligado às manifestações culturais da comunidade de Coqueiro. Os pratos típicos se tornaram a principal referência, e muitos acreditam que este cereal possui propriedades afrodisíacas. Dona Cota, por exemplo, dizia que, se um casal não tivesse filhos, bastava experimentar um pouco do arroz de brejo com leite de coco babaçu.

Atualmente, a comunidade de Coqueiros recebe muitos visitantes que procuram o arroz de brejo como iguaria, já que os moradores o cultivam principalmente para utilização nas épocas festivas. Uma pequena quantidade é separada para comercialização nas feiras, especialmente durante a Semana Santa, momento em que o arroz de brejo se reafirma como símbolo de tradição, memória e identidade local. Assim, o arroz de brejo não deve ser compreendido apenas como alimento, mas como patrimônio cultural imaterial, capaz de mobilizar memórias, fortalecer vínculos sociais e atrair visitantes interessados em conhecer essa prática. Sua permanência, ainda que em pequena escala, demonstra a força da comunidade em preservar modos de vida que resistem às transformações econômicas e ambientais, reafirmando o arroz de brejo como símbolo de identidade.

## **Conclusão.**

Esta pesquisa buscou evidenciar a trajetória da comunidade de Coqueiro na lavoura, destacando o papel das mulheres, bem como o cotidiano e as histórias dos moradores, que serviram de base para compreender os aspectos culturais e políticos em que esta

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Antônio João Alves de Souza à autora. Comunidade quilombola de Coqueiro, 12 mar. 2024

comunidade está inserida. Todavia, é importante discutir o conceito de tradição presente neste território, já que, nas narrativas supracitadas, o termo aparece corriqueiramente. Para os moradores, tradição significa seguir os ensinamentos deixados pelos mais velhos.

Toda tradição é uma invenção que surgiu em algum lugar do passado, podendo ser alterada em algum lugar do futuro. As tradições estão sempre mudando, mas há algo em relação à noção de tradição que pressupõe persistência: se for tradicional, uma crença ou prática tem uma integridade e continuidade que resistem aos contratempos e às mudanças. (LUVIZOTTO,2010)

Dessa forma, apesar das mudanças ocasionadas pelo tempo, a comunidade segue mantendo as tradições, seja na labuta diária, nas manifestações culturais ou mesmo na cura de doenças por meio de ervas. Ainda é possível encontrar benzedadeiras, rezadeiras e parteiras, cujos ensinamentos foram transmitidos de geração em geração. Diversas pesquisas antropológicas, sobretudo aquelas voltadas para a identidade étnica, têm utilizado o conceito de “invenção das tradições” para explicar o caráter histórico e datado de práticas como costumes, celebrações e rituais. Esse enfoque permite compreender que tais elementos não são estáticos, mas sim construídos e reinterpretados ao longo do tempo, o que contribui para a historicização do passado (MELLO, 2008, p. 256).

Ressalta-se que, a partir de 2006, ano em que a comunidade recebeu a certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares, conforme o artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), muitas coisas mudaram. Nos encontros da Associação, os assuntos voltados para a negritude passaram a ser tratados com frequência. Apesar de esta data ser um marco histórico que possibilitou a inserção dos produtores e produtoras rurais nas políticas públicas, a luta por igualdade e respeito continua.

Nesse sentido, os depoimentos das pessoas, a tradição de cavar brejos, o samba de roda, o uso de ervas medicinais para tratamentos e até mesmo o arroz de roça como produto afrodisíaco foram elementos cruciais para comprovar que a comunidade de Coqueiro foi refúgio do povo negro cuja liberdade foi negada. Além disso, os próprios sujeitos começaram a valorizar sua história, compreendendo suas origens e se afirmando como remanescentes de quilombos. As mulheres, por sua vez, ocupam espaços não apenas no trabalho da roça e nos afazeres domésticos, mas também na política e nos movimentos sociais.

Percebe-se que o território quilombola de Coqueiro é composto por várias religiões, como a católica, evangélica e o candomblé. Contudo, em torno da cultura, tornam-se um só povo: não há separação religiosa dentro da comunidade, todos cultuam a mesma tradição,

mesmo que de forma diferente, sempre com respeito. Como afirma Luvizotto (2010, p. 249): “a compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes”. Nesse sentido, a tradição funciona como campo ritual que garante a preservação, baseado em modelos que podem ser histórias fictícias, reais ou reinventadas.

Assim, é por meio das tradições que o passado e o presente se conectam e juntos moldam o futuro. Portanto, compreende-se a cultura quilombola como prática que perpassa gerações, permitindo que os valores coletivos dessa matriz africana — memória e identidade — sejam valorizados. O cultivo do arroz de brejo, as tradições culturais e o reconhecimento da lida na roça como forma de sobrevivência devem ser colocados e reconhecidos como práticas das comunidades tradicionais quilombolas.

Logo, este estudo histórico das comunidades remanescentes quilombolas tem como intuito agregar valores culturais e garantir que as próximas gerações saibam valorizar e compreender que, antes de qualquer reparação, existe e sempre existirá um povo guerreiro em constante processo de formação da identidade de cada indivíduo.

## **AGRADECIMENTOS**

Não poderia deixar terminar este artigo sem deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam nesta jornada, especialmente Maria da Conceição dos Santos, conhecida por todos como Dona Cota, a matriarca da comunidade de Coqueiros, ela que sempre nos encantou com seus ensinamentos através de suas histórias e cantigas em versos. Recebia a todos com o sorriso no rosto acompanhado do chá sabor de mel, sabor de mel porque ela não revelava os ingredientes, sendo este uma mistura de ervas no qual despertava a curiosidade dos visitantes. Infelizmente Dona Cota nos deixou em 26 de abril de 2024, a sua partida deixará saudades, mas sempre estará viva em minha memória.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

COELHO, Nagila Batista. Os quilombos e o trabalho feminino: uma análise do trabalho agrícola das mulheres no Quilombo de Souza, Porteiras-CE. *Revista Brasileira de História*, v. 45, n. 2, 2025.

FIGUEIREDO, Priscila Silva de. Memória e trabalho de mulheres quilombolas: luta pela terra e defesa do modo de vida no Quilombo de Thiagos – Bahia. *Revista de Estudos Feministas*, v. 32, n. 1, 2024.

FILHO, Fernando; et al. *Pensata: Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*. v. 9, n. 2, ano 10, 2020. Semestral. ISSN: 2237-678X. FLORES, Rodrigo Musto. Memória e história oral: as interações entre a história escrita e a história vivida. *Intellèctus*, ano XXI, n. 1, p. 248-263, 27 nov. 2023. DOI: 10.12957/2022.65542. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/65542/43035>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MELLO, Marcelo Moura. *Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

MIRANDA, Carmélia Aparecida da Silva. Comunidade negra rural de Coqueiros: trajetória, identidade e cultura. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: Testemunhar por imagens – História Oral e o registro audiovisual, 2018, Campinas. Anais [...]. Campinas: Associação Brasileira de História Oral, 2018. Disponível em: [https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037\\_ARQUIVO\\_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf](https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037_ARQUIVO_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf) ([encontro2018.historiaoral.org.br](https://www.encontro2018.historiaoral.org.br) in Bing). Acesso em: 15 abr. 2026.

PEREIRA, Carolina Pazos. *Coração de negro: história oral e etnografia afro sertaneja na Chapada Diamantina*. Morro do Chapéu, BA, 2015. 291 f.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28, p. 14–39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, Jesiâne Lopes da. Territórios quilombolas no semiárido brasileiro: destaque para Coqueiros (Mirangaba, Bahia). In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E SOCIEDADE – CONIDIS, 2016, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24198>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SILVA, Silvânia Almeida da. *Vozes mulheres: histórias e memórias da comunidade quilombola de Alagoinhas – Gentio do Ouro-BA*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Estudos

Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, Campus XVI, Irecê, 2023.  
Disponível em: <<https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/fa8d8fc2-8a32-4b85-8973-e17d7baa42f9/content>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é “Ajuda”: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Contexto & Educação*, v. 19, p. 45-64, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A agente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

WOORTMANN, Ellen; SCOTT, Parry (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

### **Fontes orais**

ALVES DE SOUZA, Analice. Agricultora rural, moradora da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, mar. 2024.

ALVES DE SOUZA, Antônio. Agricultor rural, morador da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, mar. 2024.

APARECIDA DE SOUZA, Maria. Agricultora rural, sócia da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, dez. 2023.

ARCANJO DOS SANTOS, Manoel. Agricultor rural, morador da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, mar. 2023.

BENTO DOS SANTOS, Jardelino. Agricultor rural, sócio da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, jul. 2023.

CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Maria. Matriarca da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, dez. 2022.

SOCORRO DOS SANTOS, Maria. Representante das comunidades quilombolas de Mirangaba-BA, representante política da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, dez. 2022.

REIS, Joana. Matriarca da comunidade de Coqueiros. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, jul. 2023.

FRANCISCO DOS SANTOS, Oliveira. Ex-presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros e ex-representante político da comunidade. Entrevista concedida à autora em Coqueiros, jan. 2022.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COLEGIADO DE HISTÓRIA - DCH4 - UNEB/C4/DCH/HISTORIA

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte quatro, às 16 horas, na sala virtual do *Microsoft Teams*, do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, situado à rua J.J. Seabra, cento e cinquenta e oito, nesta cidade de Jacobina, reuniram-se os Docentes *Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira* (Orientador), *Prof.ª Ms.ª Mariza do Carmo Rodrigues* (examinadora) e *Prof.ª Ms.ª Ana Lécia Dias* (examinadora), para compor a Banca de Defesa Pública da discente **Adriana Conceição Nascimento de Jesus**, tendo como título da Monografia **“A tradição do cultivo de arroz em uma comunidade quilombola”** Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado Aprovada, com nota 7,5. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 17 horas e \_\_\_\_ minutos, e eu, Dr. Jackson André da Silva Ferreira (Professor - Orientador), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações: colocar, no título, o recorte espacial (Mirangaba, Bahia), acrescentar informações sobre o espaço geográfico (contextualizar o espaço de cultivo de arroz), na introdução, colocar-se na pesquisa (dizer quem é e sua relação com o tema), fazer um revisão ortográfica, revisar ABNT, especialmente as referências bibliográficas,

Assinaturas:

\_\_\_\_\_  
(Orientador)

\_\_\_\_\_  
(Examinador)

*Ana Lécia S. Dias*  
(Examinadora)



Documento assinado eletronicamente por **Jackson André da Silva Ferreira**, Professor, em 17/07/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariza do Carmo Rodrigues**, Professor, em 17/07/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00093232949** e o código CRC **1C4B6CB5**.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

( ) Monografia ( **X** ) Artigo ( ) Dissertação ( ) Tese

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a disponibilizar por meio do Repositório Institucional Saber Aberto, endereço eletrônico: <http://saberaberto.uneb.br/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra supracitada, para fins de divulgação e de preservação digital da produção científica brasileira, a partir desta data.

**Identificação:**

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Autor                     | Adriana Conceição Nascimento de Jesus                         |
| E:mail                    | DRYCA_ART@HOTMAIL.COM   |
| Título                    | “A tradição do cultivo de arroz em uma comunidade quilombola” |
| Orientador (a)            | Dr. Jackson André da Silva Ferreira                           |
| Campus/Curso/<br>Programa | História  |
| Data de defesa            | 17/07/2024  |

**LICENÇA DE DIREITO AUTORAL**

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Universidade do Estado da Bahia a disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença pública Creative Commons, Licença 4.0 Unported por mim declarada sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial da obra? ( ) Sim ( **x** ) Não

Permitir modificações em sua obra?

( ) Sim

( ) Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença

( **x** ) Não

A obra continua protegida por direito autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assinatura do Autor

16 / 04 / 2026

Data de autorização.